(DES)ENCONTROS ENTRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DISTINÇÕES E ENTRELACES TEÓRICOS

Andrialex William da Silva[1]

DESFASENDO CONFUSÕES PEDAGÓGICAS

No momento da prática pedagógica, os conceitos debatidos arduamente ao longo da formação são postos em ação em um entrelace inerente ao fazer docente. É comum que ao longo do tempo conceitos acabem se confundido no desenvolvimento desses entrelaces. Por exemplo, ao perguntar a distinção entre alfabetização e letramento a um professor que está atuando há anos, este pode apresentar em sua resposta esses conceitos como sinônimos. O mesmo pode ser observado ao se questionar a distinção entre o que é Educação Especial (EE) e o que é Educação Inclusiva (EI).

É necessário considerar que essas confusões não necessariamente desqualificam a prática do professor, e que as formações continuadas são ferramentas fundamentais para evitar tropeços teóricos. Entretanto, compreender com clareza uma temática, distinguindo seus conceitos e entendendo como eles se relacionam são pontos importante no desenvolvimento de uma prática consciente. Assim, nos propomos a discutir teoricamente o é que Educação Especial e Educação Inclusiva, considerando a necessidade de pontuar suas distinções e apresentar seus entrelaces para a prática pedagógica.

EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DISTINÇÕES TEÓRICAS

Entendemos que a Educação Especial se constitui como uma prática

[1] Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – UFRN. Natal – RN. E-mail: andrialex@outlook.com.

social com duas facetas. Magalhães e Cardoso (2011, p. 12, grifo nosso) nos explicam que "tal prática social pode ser compreendida como uma **área deconhecimento específico** e como um **campo de atuação** com dimensões tanto conceituais e metodológicas, quanto políticas".Como as autoras colocam, uma das facetas da EE é o seu entendimento como um espaço de produção de conhecimento específico, caracterizado como o estudo de ações educativas voltadas a pessoas que tenham condições físicas, sensoriais e/ou intelectuais que possam comprometer de alguma forma seu processo de escolarização.

Glat e Blanco (2007, p. 18) postulam que a Educação Especial se constitui "como um arcabouço consistente de conhecimentos teóricos e práticos, estratégias, metodologias e recursos para auxiliar a promoção da aprendizagem de aluno com deficiência e outros comprometimentos". É buscando contribuir para esse arcabouço que as pesquisas sobre EE vêm sendo desenvolvidas ao longo dos anos, discutindo práticas pedagógicas, saberes docentes, conceitos e metodologias que possibilitem a escolarização do alunado com algum comprometimento.

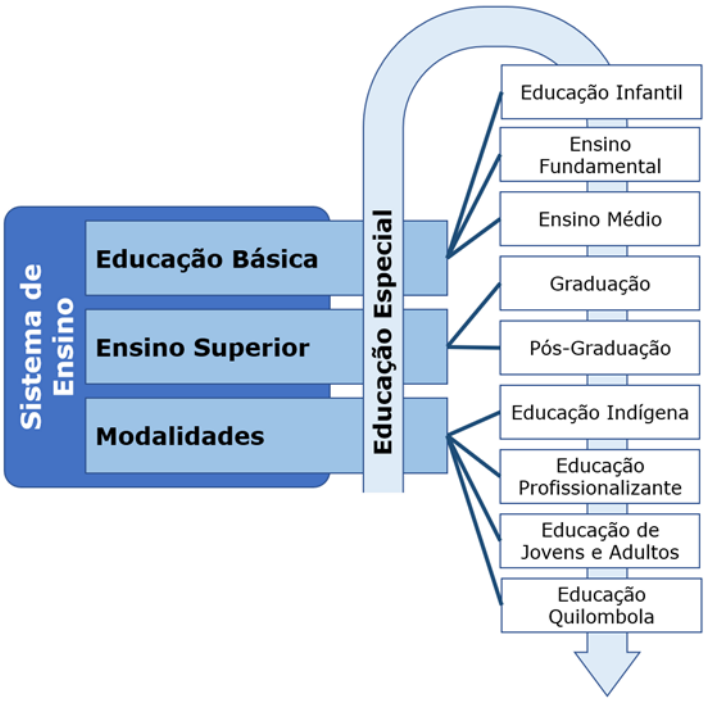
A segunda faceta da Educação Especial é entendê-la como uma modalidade de ensino, descrita na legislação nacional. A Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação, ao discutir a EE, defini-a como uma "modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação" (BRASIL, 1996, s./p.).

Alguns pontos caracterizam essa modalidade de ensino, e nos deteremos a discuti-los brevemente. A modalidade se volta aos alunos com deficiência sensorial, motor e/ou intelectual, estudantes com Transtorno do Espectro Altíssimo (TEA), nomenclatura atualizada do que outrora era chamado de transtornos globais de desenvolvimento, e alunos com altas habilidade/superdotação (AH/SD). Em alguns espaços, como o estado do Rio Grande do Norte, estudantes com transtornos específicos de aprendizagem

também fazem parte do alunado que compõe a Educação Especial.

Apesar da diversidade que há no público-alvo da modalidade, estes têm um ponto em comum: todos têm uma condição inerente a sua existência que reverbera em seu processo de escolarização. Partindo do princípio de que tais sujeitos têm o direito à formação em qualquer nível de ensino, a EE é uma modalidade transversal de ensino, que perpassa da educação infantil ao ensino superior, podendo atender alunos em qualquer momento do processo de escolarização e de profissionalização, inclusive nas demais modalidades de ensino.

Figura 1 – Transversalidade da Educação Especial



Fonte: Elaboração dos autores.

A Educação Especial enquanto modalidade, se caracteriza por ser complementar e suplementar ao processo de escolarização dos alunos público-alvo. O caráter complementar diz respeito a ações pedagógicas que visam atender demandas educacionais, nas quais o ensino regular não atende e que buscam responder aos objetivos comuns de aprendizagens do nível de ensino, ao passo queo caráter suplementar se volta a responder carências do

educando que extrapolam o ensino regular e seu nível de ensino.

Por outro lado, a Educação Inclusiva "supõe que o objetivo da inclusão educacional seja eliminar a exclusão social, que é consequência de atitudes e respostas à diversidade de raça, classe social, etnia, religião, gênero, habilidade" (AINSCOW, 2009, p. 10). Esse entendimento está amparado na compreensão que a Educação é um direito de todos e ponto fundamental para a construção uma sociedade mais justa.

Nesse sentido, a EI não é um arcabouço de conhecimento e/ou uma modalidade ensino, como a Educação Especial, mas uma cultura escolar a ser apreendida e posta em prática, uma forma de pensar o desenvolvimento das ações pedagógicas, um paradigma educacional.

Nessa linha argumentativa, as autoras Glat e Blanco (2007, p. 16) nos explicam que "mais do que uma nova proposta educacional, a Educação Inclusiva pode ser considerada uma nova cultura escolar: uma concepção de escola que visa ao desenvolvimento de respostas educativas que atinjam todos os alunos".

Assim, consideramos que a EI se sustenta em quatro pilares: o ***acesso***, todos têm o direito a se matricular em instituições escolares; a ***permanência***; todos precisam ter condições de frequentar regularmente o espaço escolar; a ***participação***, a possibilidade de participarem ativamente, socialmente e politicamente no ambiente educacional; a ***aprendizagem***, todos devem ter acesso a um currículo que considere suas especificidades e busque promover a sua aprendizagem, possibilitando o sucesso escolar.

Assim, "a Educação Inclusiva significa um novo modelo de escola, em que é possível o acesso e a permanência [assim como, a participação e a aprendizagem] de todos os alunos" (GLAT; BLANCO, 2007, p. 16). Podemos compreender que enquanto a EEé um processo a ser desenvolvido, a EIage como guia norteador deste processo, que dita parâmetros a serem seguidos.

EDUCAÇÃO ESPECIAL EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA: ENTRELACE TEÓRICO

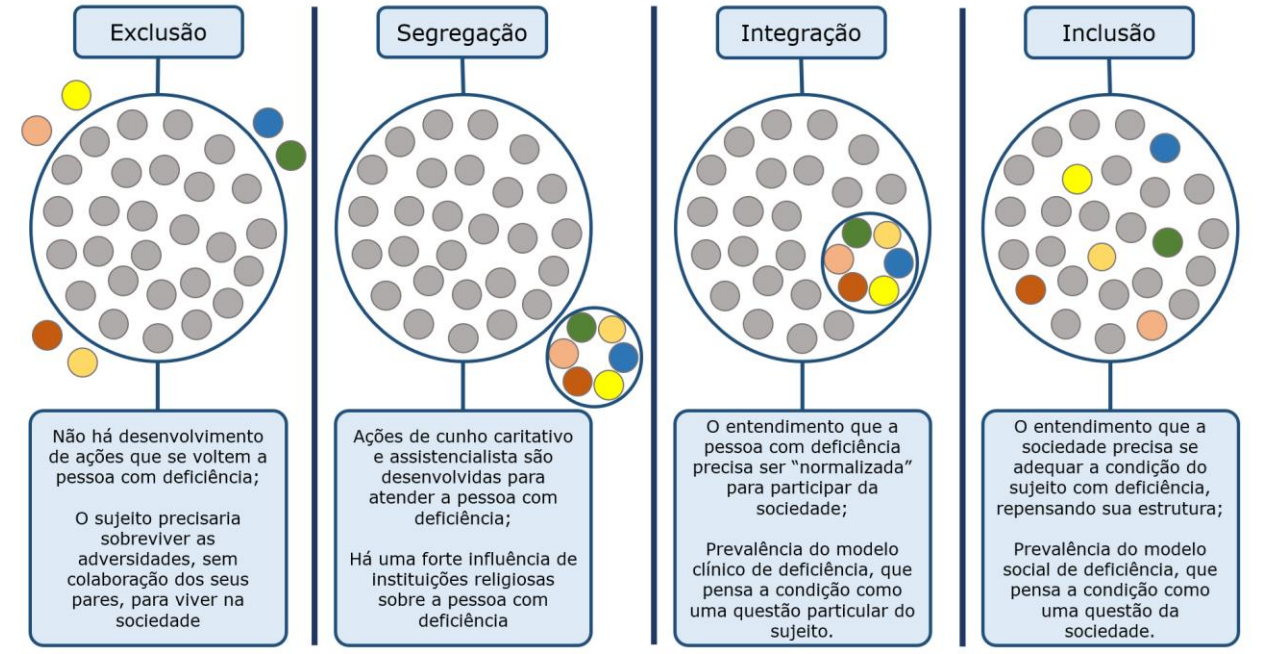
Ao longo da história,é possível identificar que a Educação Especial foi proposta de diversas formas. Esses múltiplos paradigmas estão relacionados com a própria trajetória da pessoa com deficiência em nossa sociedade. Nesse percurso histórico, um paradigma não exclui definitivamente outro, mas há uma espécie de alternância de modelo predominante.

Na idade antiga, em que os centros de civilização eram a Roma e a Grécia, no qual o ideal de ser humano ditava quem viveria, a pessoa com deficiência era excluída totalmente da sociedade. Com o avanço do cristianismo e as ideias advindas da caridade, passa-se a entender que a pessoa com deficiência tem alma e, por isso, é digna de viver.Sob esse entendimento, surgem as instituições que começam a atender tais sujeitosna perspectivado assistencialismo e da caridade, porém de forma segregada (MAGALHÃES; CARDOSO, 2011).

Apenas no século XX, o modelo da segregação é superado pelo modelo da integração, que atua na perspectiva de "normalizar" a deficiência, para que o sujeito possa viver em sociedade, tendo como plano de fundo o modelo clínico de deficiência (MAGALHÃES; CARDOSO, 2011).

Por volta do início da década de 1990, o modelo de deficiência passa a ser repensado, buscando uma perspectiva social. Assim, a deficiência não se configura mais como uma tragédia pessoal, mas como uma demanda a ser discutida socialmente, com isso surge a perspectiva da inclusão.

Figura 2 – Ideograma sobre os paradigmas sociais da pessoa com deficiência[2]



Fonte: Elaboração dos autores.

Assim, pensar a Educação Especial em uma perspectiva inclusiva, é considerar modelos escolares que atendam as demandas educacionais do aluno público-alvo da EE. Nesse sentido, a escola precisa considerar um currículo flexível, que possa se adaptar às necessidades diversas do alunado, considerando metodologias de ensino que deem conta da pluralidade em sala de aula ou propostas de ensinoespecíficas para o aluno da Educação Especial.

CONSEQUÊNCIA DOS ENTRELACES CONCEITUAIS

Destacamos que esse texto não esgota as discussões sobre Educação Especial e Educação Inclusiva, porém, de forma resumida buscamos apresentar teoricamente os encontros e desencontros destas duas áreas. Advogamos que a Educação Especial, em uma perspectiva inclusiva, se constitui como um campo fértil de propostas pedagógicas e pesquisas que atendam as demandas do processo de escolarização da pessoa com deficiência, TEA e AH/SD. Concluímos reforçando a defesa da inclusão escolar,

[2] Na leitura do ideograma considere: círculos cinzas – pessoas sem deficiência / círculos coloridos – pessoas com deficiência.

sob o argumento de que a diferençae a diversidade educam!

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. Tornar a educação inclusiva: como esta tarefa deve ser conceituada? *In*: FÁVERO, O.; FERREIRA, W. **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: MEC/Unesco, 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. 4. ed. Brasília, DF: Senado Federal, 2020.

GLAT, R.; BLANCO, L. M. V. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, R. (Org.). Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007. p. 15-35.

MAGALHÃES, R. C. B. P; CARDOSO, A. P. L. B; Educação Especial e Educação Inclusiva: conceitos e políticas educacionais. *In*: MAGALHÃES, R. C. B. P.(org.). **Educação especial**: escolarização política e formação docente. Brasília: Liber Livro, 2011.